PARECER JURÍDICO EM MINUTA DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO S/Nº

OBJETO – CHAMAMENTO PÚBLICO PARA ESCOLHA DE ENTIDADE PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE PARCERIA – MODALIDADE COLABORAÇÃO PARA ORGANIZAÇÃO DO EVENTO – NATAL DA FAMÍLIA - 2025

SOLICITANTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO E TURISMO - SEDEIT

BREVE RELATÓRIO

Vem a essa assessoria jurídica terceirizada, solicitação de parecer jurídico para apreciação e aprovação do Edital de Chamamento Público s/nº, cujo objeto é a seleção de Organizações da Sociedade Civil – OSC para PARCERIA para a realização da 5ª edição do Natal Família – 2025, previsto no Calendário de Eventos Oficiais do Município através da Lei Municipal nº 1.657, de 17 de janeiro de 2011.

PARECER

Inicialmente, cumpre destacar que compete a essa assessoria jurídica terceirizada, única e exclusivamente, prestar consultoria, sendo este parecer meramente OPINATIVO, sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos a conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, salvo hipóteses teratológicas.

Feita a presente observação, cabe referir que a Lei Federal nº 13.019/2014 estabelece normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos

de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.

Conforme é possível verificar no preâmbulo do edital, trata-se de evento oficial do Município instituído na Lei Municipal nº 1.657/2011, que estabelece o calendário de eventos do Município. Logo, presente o interesse público, o qual pode ser organizado, de forma conjunta e conjugada com Entidades que atendam os requisitos da Lei federal nº 13.019/2014.

Da leitura do edital e da minuta do Termo de Parceria que o instrui é possível constatar que tais instrumentos reúnem as condições e requisitos da Lei federal nº 13.109/2014, porquanto, dotados de regularidade processual, eis que redigidos com clareza e precisão, contendo as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definem os direitos, obrigações e responsabilidades de cada um dos parceiros (público e privado).

Diante exposto, entendemos, s.m.j., que a minuta de Edital de Chamamento Público e a minuta do Termo de Parceira estão em consonância com os requisitos legais, motivos pelos quais opinamos favoravelmente ao prosseguimento do processo na forma disposta e ora analisada.

É o parecer

Estância Velha, 15 de abril de 2025

César Luís Baumgratz

OAB/RS N° 22.147